

A RECATEGORIZAÇÃO METAFÓRICA NO DEBATE POLÍTICO

THE METAPHORICAL RECATEGORIZATION IN THE POLITICAL DEBATE

Janyellen Martins Santos¹
Maria Francisca Oliveira Santos²

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação da recategorização metafórica na constituição da textualidade e da argumentação no gênero debate político. Esse processo referencial promove uma reconstrução dos objetos de discurso sob um âmbito mais complexo, por não se limitar às porções textuais e realizar-se, em geral, por anáforas indiretas sob a forma de uma metáfora. Em relação ao gênero debate político, ele é tido como um debate público e regrado e de base argumentativa, uma vez que nele os candidatos buscam convencer eleitores indecisos de que são os candidatos mais aptos para a presidência. O referencial teórico conta com as contribuições teóricas de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Costa (2009), Custódio Filho (2011), Koch (2011), Koch e Elias (2015), Köche, Boff e Marinello (2010), Marcuschi (2003), Moreira (2002), Preti (2000) entre outros. O estudo segue uma abordagem qualitativa, segundo a qual foram analisados os dados da pesquisa de modo interpretativo, sem focalizar em sua quantificação. O *corpus* é constituído de fragmentos do debate da rede Band de televisão do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, em 2014. Em relação às análises, viu-se como a recategorização metafórica atuou na tessitura textual e na argumentação do debate político, promovendo não somente retomadas da realidade, mas também sua reelaboração, de forma negociada, segundo uma perspectiva sociocognitiva.

PALAVRAS-CHAVE: debate político; recategorização; referenciação

ABSTRACT

This work analyzes the performance of metaphorical recategorization in the constitution of textuality and argumentation in the political debate genre. This referential process promotes a reconstruction of the objects of discourse under a more complex scope, as it is not limited to textual portions and is usually performed by indirect anaphora in the form of a metaphor. In relation to the political debate genre, it is regarded as a ruled and argumentative public debate, as candidates seek to convince undecided voters that they are the most suitable candidates for the presidency. The theoretical reference has the theoretical contributions of Cavalcante, Custódio Filho and Brito (2014), Costa (2009), Custódio Filho (2011), Koch (2011), Koch and Elias (2015), Köche, Boff and Marinello, Marcuschi (2003), Moreira (2002), Preti (2000) and others. The study follows a qualitative approach, according to which the data of the research were analyzed in an interpretative way, without focusing on its quantification. The *corpus* consists of fragments of the debate of the band television network of the second round of the presidential elections in Brazil, in 2014. Regarding the analyzes, it was seen how the metaphorical recategorization acted in the

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e possui Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Letras-Português pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: janyellenmartins@gmail.com

² Possui Mestrado e Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Pós-Doutorado, na mesma área, pela Universidade Federal da Bahia (2009). É professora titular da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: mfosal@gmail.com

textual fabric and in the argumentation of the political debate, promoting not only taken from reality, but also its reworking, in a negotiated way, from a sociocognitive perspective.

KEYWORDS: political debate; recategorization; referral

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as pesquisas na área da Linguística Textual, doravante LT, têm evoluído, sobretudo em referenciação, podendo não ser mais considerada como um fenômeno de representação da realidade, mas sim como um meio de reelaboração do real por meio da linguagem, sob um viés de negociação de sentidos e de processo sociocognitivo. Assim, a referenciação se constitui como uma atividade sociodiscursiva.

É nesse sentido que este trabalho busca analisar a recategorização metafórica que se alinha às novas perspectivas de estudo da referenciação, atentando-se à forma como esse processo contribui para a construção da textualidade e da argumentação no debate político. Dessa forma, esse estudo traz uma nova forma de (re)construção de referentes em um texto. Além disso, o trabalho se mostra inovador por propor uma análise de processos, às vezes, incompreensíveis em um gênero oral que já traz em si, também, a especificidade de ser construído no ato de sua execução. Nessa perspectiva, o trabalho se localiza nos estudos da referenciação, um dos segmentos da coesão textual, que é uma das propriedades da textualidade estudadas pela Linguística de Texto.

Este trabalho traz o aporte teórico de Custódio Filho (2011), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Koch (2011), Koch e Elias (2015), Costa (2009), Köche, Boff e Marinello (2010) e Marcuschi (2003), (2008) e (2010), que contribuíram nas reflexões acerca da referenciação e na classificação e caracterização do debate político. O estudo tem uma abordagem qualitativa, com base nas considerações de Bauer e Gaskell (2015), Cajueiro (2013) e Moreira (2002). O *corpus* é constituído de recortes de um debate político televisivo do segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Essa pesquisa advém de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), intitulada “A referenciação no debate político: processos referenciais na construção do sentido”, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos. Nas análises, observou-se como a recategorização metafórica atuou na constituição e manutenção dos sentidos no gênero debate e na perspectiva argumentativa desse gênero e, principalmente, se o processo em estudo promoveu não somente reiteraões, mas a reelaboração do real por meio da linguagem.

1 Referenciação: conceitos e fundamentos

Em seus paradigmas atuais, a referenciação é tida como um fenômeno que se constitui na (re)construção discursiva dos referentes, baseada na visão de mundo dos sujeitos, no que se refere a sua cultura, crenças, ações e, também, aos seus objetivos na interação verbal, de acordo com Koch e Elias (2015). Nesse processo, o sujeito também é visto sob outro viés, como um sujeito sociocognitivo perante a sua relação entre os discursos e o mundo real (MONDADA; DUBOIS, 2014).

Nesse sentido, de acordo com Mondada e Dubois (2014, p.20), a questão

não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo. Em outros termos, falaremos de *referenciação* [...]. (grifo das autoras).

Nessa perspectiva, a referenciação corresponde a uma atividade discursiva e não somente textual, pois é um fenômeno em que há “uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações, de concepções individuais e públicas do mundo. [...]”, segundo Mondada e Dubois (2014, p.20). Nesse sentido, o referente é construído e reconstruído mediante as visões de mundo do sujeito e, dessa forma, suas escolhas nesse processo estão totalmente relacionadas a elas, portanto, não são aleatórias. Isso se deve ao fato de os sujeitos (re)construírem “o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias [...] manifestadas no discurso.”, afirmam Mondada e Dubois (2014, p.20).

Assim, quando um locutor trata de um determinado assunto e o retoma ao longo do texto, ele o fará de acordo com os seus objetivos e, também, mediante a imagem que quer passar para o outro sobre esse dado tema, não se referindo, necessariamente, à realidade propriamente dita. Por isso, diz-se que os referentes são objetos de discurso, pois eles “não espelham diretamente o mundo real, não são simples rótulos para designar as coisas do mundo.” (KOCH; ELIAS, 2015, p.123). É nessa perspectiva que se fala que a referenciação é um processo de reconstrução da realidade e não a simples representação do mundo.

No que concerne ainda sobre o referente, diz-se que ele é dinâmico, pois ele pode ser transformado, modificado, recategorizado, desativado ou mesmo reativado discursivamente, de acordo com Koch (2011). Logo, no processamento referencial, o objeto de discurso ganhará novas designações e configurações, não sendo, portanto, o “mesmo” já introduzido ou inferido, justamente por se constituir em um processo de uma reelaboração do real. Diante dessas considerações e com base em Custódio Filho (2011, p.126), considera-se que, pelo “caráter dinâmico atinente à construção dos objetos de discurso, foram abertas novas possibilidades investigativas, o que justificou a adoção da terminologia *referenciação*, e não mais *referência*.” (grifos do autor).

Essa dinamicidade dos objetos de discurso demonstra a própria instabilidade da realidade e de como a linguagem pode reconstruí-la e não somente descrevê-la de modo objetivo. Por isso, pode-se dizer que a referenciação é um processo de reelaboração do real. Nessa perspectiva, como foi dito no início dessa seção, a referenciação não se resume às simples retomadas de um referente, pois, na realidade, “toda construção referencial é um trabalho em constante evolução e transformação.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p.29).

Dessa forma, uma mesma realidade pode ser representada de diversas formas, a depender do ponto de vista, da visão de mundo do locutor e das intenções pretendidas por ele em relação ao interlocutor, por isso, a realidade pode ser (re)construída pela linguagem e não simplesmente representada por ela. Nesse âmbito:

Para a referenciação, a tese de que um fato/fenômeno/evento/sentimento etc. pode suscitar várias interpretações é muito preciosa. [...] o processo de construção de referentes implica que [...] o papel das linguagens não é de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas sim, o de construir versões, elaborações dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados. (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p.113).

Assim, dadas as diversas interpretações e representações que uma mesma realidade pode receber, diz-se que ela é instável e, portanto, passível de ser reelaborada. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) afirmam que, em toda situação interativa, os interactantes estão sempre reconstruindo o real, seja essa reconstrução explícita textualmente ou não, visto que os objetivos comunicativos dos interlocutores podem fazer com que os objetos de mundo sejam “mostrados” ou “apagados”. “Tudo, no entanto, é ‘legítimo’, considerando-se que são condições inerentes ao

uso da linguagem.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p.32, grifos dos autores).

Além desse fundamento da *referenciação como (re)construção da realidade*, existem outros dois que são de suma importância para o embasamento da terminologia da referenciação nos estudos da linguagem: a referenciação como *resultado da negociação* entre os interlocutores e a *natureza sociocognitiva* desse fenômeno. Dessa forma, diz-se que a referenciação *resulta da negociação de sentidos* entre os participantes da interação, pois o processo de reconstrução da realidade pela linguagem não é uma tarefa unilateral, mas sim um trabalho de cooperação mútua entre os indivíduos. Isso ocorre porque os interactantes “estão sempre negociando os sentidos construídos. O processo é amplamente dinâmico, porque permite modificações com o desenrolar das ações. A construção referencial nada mais é que o resultado dessa negociação.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p.35). Isso demonstra a participação ativa dos sujeitos no processo comunicativo.

Esse é um fato universal, pois todo e qualquer processo interativo se constitui por meio de uma construção colaborativa dos sentidos. Para Custódio Filho (2011), isso pode ser comprovado nas comunicações simultâneas, as quais ele denomina como sendo síncronas. Assim, quando duas pessoas dialogam, ambas não só (re)planejam *in loco* o que enunciarão em seus turnos de fala, como também negociam os sentidos a serem veiculados por elas na interação. Dessa maneira, “a negociação se estabelece a partir da necessidade de se construírem unidades consensuais acerca dos objetos de discurso salientes, a fim de que a comunicação avance.” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p.117).

Assim, no debate político, gênero em análise neste trabalho, percebe-se essa interação cooperativa entre os candidatos, os quais enunciam, (re)elaboram suas falas e, sobretudo, retomam e reiteram objetos de mundo mencionados por eles mesmos ou por seus oponentes ao longo do debate, num processo de negociação no qual ambos procuram sempre a melhor versão pública e mais aceitável dos objetos de mundo reconstruídos na situação comunicativa, de acordo com Custódio Filho (2011).

Por outro lado, nas situações de comunicação assíncrona, as quais não contam com a interação simultânea entre os interlocutores, de acordo com o autor, a negociação de sentidos é bem distinta da anterior. Assim, há uma antecipação do locutor em relação ao(s) interlocutor(es), numa espécie de negociação indireta dos sentidos (CUSTÓDIO FILHO, 2011). Isso pode ser visto, por exemplo, em matérias de jornais e revista, nas quais os objetos de discurso são construídos numa perspectiva que pode ser aceita pelo leitor.

Nessa situação, o interlocutor (o leitor) coloca em prática os processos de compreensão e, depois, confrontará a informação lida e compreendida por ele com outros conhecimentos, suas próprias convicções e pontos de vista. “Nesse sentido, deve-se decidir se se concorda total ou parcialmente nela, ou se não se acredita de jeito nenhum. Todas essas ações indicam que, de fato, ler é negociar.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p.39). Desse modo, no que se refere à referenciação, conforme Custódio Filho (2011, p.118), há uma negociação indireta de sentidos “que começa na antecipação que o enunciador faz e que se efetiva na (provável) cooperação do(s) interlocutor(es) em aceitar entrar na interação e reconhecer a pertinência e a validade dos referentes construídos.”.

A questão é que, havendo uma interação concomitante ou não entre os interlocutores, a negociação de sentidos se faz presente, pois é algo inerente à linguagem. O que há, como se viu, é apenas uma diferença no modo como essa negociação se configura, visto que numa comunicação simultânea os indivíduos atuam diretamente no processo de construção de sentido, já na configuração de textos escritos, essa negociação acontece numa antecipação das ações dos interlocutores.

Além disso, a referenciação é um *processo sociocognitivo*. Isso significa dizer que o processo de formação de referentes em um texto ocorre não só em uma perspectiva cotextual, mas

também por meio de um processo social, “considerando-se que tal trabalho se efetiva a partir de parâmetros sociodiscursivos previamente apreendidos e atualizáveis em cada situação de interação.” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p.119). Assim, a referenciação propõe versões diferentes do real, num processo de negociação de sentidos, cujos recursos e mecanismos são de cunho sociocognitivo.

Dessa forma, há uma inter-relação entre as pistas deixadas no texto e as contextuais à promoção da construção dos sentidos. Isso é possível somente porque os sujeitos trabalham “mentalmente para interpretar os textos, de modo que aquilo que falta para completar os sentidos é captado a partir dos conhecimentos prévios [...]. Construir a referência é, portanto, uma atividade cognitiva.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p.40-41). Isso mostra que, além do aparato mental, a referenciação também se relaciona ao aspecto social, no que se refere à construção de referentes, uma vez que o processamento textual e os próprios conhecimentos prévios advêm das experiências adquiridas socioculturalmente pelos sujeitos.

Por isso, afirma-se que a referenciação é um processo sociocognitivo, pois, de um lado, há a perspectiva cognitiva, mental, que permite processar as informações textuais na produção e compreensão de textos e, de outro, tem-se a perspectiva social, constituída pelas experiências e conhecimentos socioculturais, a qual é basilar para o processamento textual para se estabelecer relações de sentido.

Com base no exposto, a referenciação se reafirma como um processo discursivo por intermédio da construção de várias versões de uma mesma realidade no plano textual-discursivo, em um processo colaborativo entre os interlocutores à formação dos sentidos, em um processo sociocognitivo de construção de objetos de discurso, demonstrando, portanto, como a referenciação é um processo dinâmico.

1.1 A recategorização metafórica: um novo processo de reconstrução de referentes

Esse processo referencial promove a reconstrução de referentes sob um viés argumentativo, pois, além de reconstruir o referente, esse fenômeno traz à tona os pontos de vista do falante sobre o objeto de discurso e, por sua vez, procura levar o interlocutor a crer em determinadas conclusões.

Por outro lado, apresenta um âmbito metafórico, por isso a denominação de recategorização metafórica, conforme Custódio Filho (2011). Esse tipo de recategorização se relaciona à elaboração dos objetos de discurso em um âmbito mais dinâmico, não se limitando às expressões referenciais. Assim, o foco são as diversas relações existentes entre as porções textuais, indo além, portanto, dessas expressões.

Com base nas ideias de Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), foi possível observar três critérios para classificar esse tipo de recategorização: a) a perspectiva argumentativa; b) a relação entre as expressões referenciais; e c) a correferencialidade (LEITE, 2007). Por outro lado, se uma classificação for feita como base nesses pontos, isso não permitirá uma análise mais ampla do fenômeno da recategorização metafórica (LEITE, 2007). Assim, seguindo os preceitos de Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), a recategorização metafórica se restringiria à anáfora direta e à relação de correferencialidade, sendo, portanto, um modelo muito limitado.

Entretanto, esse processo pode ocorrer por meio da anáfora indireta. Assim, é preciso ir além da perspectiva tradicional, evocando uma análise das diferentes relações entre os segmentos textuais que promovem a construção de objetos de discurso. Essas relações, por sua vez, podem ser reconhecidas por meio de processos complexos de inferência. Dessa forma, é necessário levar em consideração a inter-relação entre o contexto e o conhecimento partilhado, aliados às informações cotextuais para que se faça as relações de sentido e se compreender a metáfora instaurada em um segmento textual.

Essas características evidenciam o processamento sociocognitivo da referenciação. Essas relações de sentido só podem ocorrer a partir de uma negociação de sentidos entre locutor e interlocutor. Além disso, como o locutor modifica o objeto de discurso, de acordo com os seus pontos de vista, a cada retomada ao longo do texto, isso vai mostrar como a realidade pode ser reconstruída, reelaborada pela linguagem e não representada. Nesse sentido, a recategorização metafórica é um processo referencial complexo e estritamente argumentativo e que manifesta os três fundamentos da referenciação.

2 O debate político televisionado: características

O debate político televisionado tem essa denominação porque é um tipo de discussão que acontece no contexto político, mais precisamente no período eleitoral, cujos participantes são candidatos a determinados cargos políticos, por isso é político; é televisionado porque conta com o suporte televisivo como principal meio de transmissão.

Os debates televisionados são muito recentes no mundo, sobretudo no Brasil. Estima-se que o primeiro debate televisionado aconteceu em 1960, entre os candidatos à presidência dos Estados Unidos, Richard Nixon e John Kennedy. No Brasil, por seu turno, o primeiro debate televisionado com candidatos à presidência foi em 1989, entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor. Esses debates se tornaram mais populares dos anos 2000 em diante, não somente para candidatos à presidência da república, como também entre candidatos a governos estaduais e municipais.

Em geral, nesse gênero, os candidatos mostram seus projetos e propostas de governo, discutem sobre temas que são de interesse da população, como saúde, educação, transporte, segurança, economia, entre outros; buscam defender ou refutar os seus posicionamentos, procurando, assim, mostrar quem é o melhor candidato, o mais bem preparado para ocupar determinado cargo político da esfera executiva. Como os candidatos discutem sobre diversos temas, buscando defender suas ideias e/ou contradizer as colocações de seu oponente por meio de argumentos, pode-se considerar o debate político como um gênero argumentativo.

É possível observar que o gênero debate político televisionado pode ser caracterizado como um debate público regrado, segundo Costa (2009), porque, como já foi explicitado anteriormente, esse modelo é o utilizado no período eleitoral por, justamente, promover uma discussão organizada entre os debatedores. Assim, ele é público porque é direcionado a ele, seja para as pessoas que estão na plateia ou para as que assistem pela televisão. Vale ressaltar que as pessoas que acompanham esse tipo de discussão não são meros telespectadores, mas sim eleitores que podem decidir o rumo das eleições.

Além disso, o debate possui regras que são preestabelecidas e acordadas entre os candidatos e seus respectivos assessores antes do debate, por meio de sorteio, como a ordem de participação de cada candidato em cada bloco, o tempo de fala de cada participante para as considerações iniciais e finais, o tempo para formular perguntas, respostas, réplicas e tréplicas e direito de resposta em caso de ofensa. Tem a presença de um mediador para coordenar as discussões que, em geral, é um jornalista âncora da emissora que faz a transmissão, porém há emissoras que contam com dois mediadores.

Em relação aos temas discutidos, em geral são aqueles de interesse do público, os quais podem ser sorteados a cada nova rodada ou os participantes escolhem livremente o que desejam questionar. Em alguns debates, a plateia é interativa e participa fazendo perguntas aos candidatos. Nessa perspectiva, salienta-se que as regras podem variar de acordo com a emissora de televisão que exhibe o debate, porém a sua estrutura de funcionamento é a mesma.

Isso evidencia sua dinamicidade. Assim, a diferença ocorrida nos debates em cada rede de televisão promove um estilo e uma identidade próprios, permitindo caracterizá-los em cada emissora. Com diferenças ou não, os debates políticos televisionados precisam ter essa

organização para que as discussões aconteçam de forma clara e objetiva, a fim de que cada candidato mostre qual é o melhor para ocupar um determinado cargo político e, assim, a função social desse gênero seja exercida, constituindo-se em evidenciar quem é e qual o desempenho de cada candidato.

O objetivo não é, necessariamente, convencer seu oponente, mas sim o telespectador que é o eleitor em potencial e, por isso, é para ele que, de fato, as discussões são direcionadas. Em geral, as pessoas que acompanham o debate são eleitores indecisos que ainda não decidiram em quem votar e é justamente essa parcela da população que os candidatos precisam convencer, uma vez que é possível que esses votos possam ser a diferença entre ganhar e perder uma eleição.

Nessa perspectiva, o que é importante nesse gênero é a exposição de argumentos, pois os debatedores precisam mostrar as razões para que o telespectador aceite suas ideias e propostas. Dessa forma, de acordo com Köche, Boff e Marinello (2010), é importante que o enunciador mostre que pensa e reflete sobre determinado assunto e de que forma pensa, isto é, ele precisa formar progressivamente sua opinião embasada em argumentos.

Nesse sentido, os debatedores precisam construir um discurso claro, objetivo e com argumentos consistentes, com base em reflexões sobre o tema, exposição de fatos, exemplos, explicações e justificativas, conforme as autoras. Por meio dessas colocações, vê-se como o debate político televisionado é um gênero argumentativo, pois nele os candidatos expõem, defendem e refutam opiniões e ideias, cujo foco é levar o público a crer em suas ideias e, assim, convencê-lo de que é o candidato que deve ser eleito no pleito.

3 Aspectos metodológicos e análises

Este trabalho segue uma perspectiva qualitativa de estudo, na qual analisa os dados de forma interpretativa, uma vez que, de acordo com Lohn, (2010, p.6), esse tipo de pesquisa visa à interpretação de “valores, opiniões, atitudes e é utilizada [...] para a compreensão de fenômenos que vão além do quantificar e medir.”

Assim, o estudo privilegia a observação de aspectos subjetivos, procurando atribuir sentido ao que é analisado (CAJUEIRO, 2013). Nessa perspectiva, “[...] a pesquisa qualitativa abdica total ou quase totalmente das abordagens matemáticas no tratamento dos dados, trabalhando preferencialmente com as palavras oral e escrita, com sons, imagens, símbolos, etc.” (MOREIRA, 2002, p.44).

O universo da pesquisa é constituído de nove debates políticos das eleições presidenciais de 2014, sendo quatro debates tanto do primeiro quanto do segundo turno, exibidos nas quatro principais emissoras de televisão do país. Selecionou-se de forma aleatória o debate da rede Band do segundo turno, para a transcrição e a respectiva coleta dos fragmentos para a análise.

Por se tratar de um debate do segundo turno, participam das discussões apenas dois candidatos. Aqui, como se trata de dados de interação social, pode-se dizer que eles são dados sociais por se constituírem em processos comunicativos (BAUER; GASKELL, 2015). A transcrição foi realizada com base na adaptação das normas de transcrição de Marcuschi (2003) e Preti (2000).³

Nesse processo, procurou-se manter certa fidelidade com a manifestação oral do debate, pois é importante que a transcrição siga uma ordem que não interfira na natureza do discurso produzido, no que concerne ao conteúdo e à linguagem, segundo Marcuschi (2010). Desse modo, em muitos momentos houve a fuga do padrão escrito da língua para marcar especificidades do

³ Todo o processo de coleta dos debates políticos, a seleção e a transcrição do debate escolhido, foi realizado pelo grupo de pesquisa Linguagem e Retórica da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), por meio do projeto de pesquisa intitulado “Análise do debate político numa visão retórico-textual” do PIBIC-Português em 2015, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos.

texto falado e dos próprios enunciadores (MARCUSCHI, 2010). Por razões relacionadas às regras de transcrição, os debatedores, os candidatos à presidência, são denominados como E1 (Enunciador 1) e E2 (Enunciador 2) e o mediador como E3 (Enunciador 3), pois os falantes devem ser designados por siglas ou letras.

Após a transcrição dos dados orais, fez-se a seleção de fragmentos, que constituem o *corpus*, e a sua posterior análise. Pode-se dizer que a construção permitiu “uma coleta sistemática de dados, sem seguir a lógica da amostragem estatística.” (BAUER; GASKELL, 2015, p.16). No que se refere às análises, elas foram realizadas com base na avaliação da recategorização metafórica presente nas falas dos candidatos, atentando-se para as implicações na constituição e manutenção dos sentidos do gênero debate a partir da reelaboração da realidade por meio desse processo, como também para a sua argumentação, tendo em vista que o debate político é um gênero argumentativo. Nesta seção, são apresentadas as análises de dois recortes advindos de momentos interativos variados do debate.

3.1 Análise 1

E2: candidata... eu não consigo entender essa sua dificuldade em reconhecer... o mérito dos outros... o bolsa família é um avanço vai ser continuado no nosso governo vai ser aprimorado com o programa... família brasileira queu/ já apresentei... mas se nós fizermos aí um *Dna do bolsa família* candidata... me desculpe... mas o pai... será o presidente F H e a mãe será a dona R C... porque foi ali... que nós mudamos a compreensão... em relação... às necessidades das pessoas /.../

Nesse fragmento, E2 questiona o fato de seu oponente não admitir o mérito do PSDB na criação do programa bolsa família, tanto que, mais à frente, afirma que se fosse feito “um DNA do bolsa família”, os “pais” seriam F. H. (Fernando Henrique) e R. C. (Ruth Cardoso), portanto, o ex-presidente e a ex-primeira-dama. Nesse sentido, ao tratar do “teste de DNA” desse programa, E2 deixa subentendida a noção de origem, da criação do Bolsa Família, ideia essa que é recategorizada de forma metafórica pela expressão nominal em destaque.

Assim, esse candidato procura levar o público a crer que o Bolsa Família começou a ser desenvolvido a partir de outros programas criados no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por isso ele e a então primeira-dama Ruth Cardoso seriam os “pais”, logo os precursores desse programa. Nesse sentido, E2 orienta argumentativamente seu discurso para a conclusão de que a idealização desse programa surgiu com o PSDB e que o PT só o aprimorou. Portanto, E2 argumenta que seu partido já implantou grandes programas sociais no Brasil e que continuará a fazê-lo.

Para que o público entenda a metáfora empreendida por esse enunciador, é preciso que ele relacione a noção do que representa um teste de DNA a partir de conhecimentos prévios sobre o assunto, bem como das pistas cotextuais relacionadas aos projetos desenvolvidos no governo do ex-presidente citado por E2. Isso demonstra, novamente, a natureza sociocognitiva desse processo referencial, bem como a referenciação resulta de uma negociação, pois E2 promove uma negociação indireta ao antecipar a adesão do telespectador em relação às suas colocações, além estabelecer essa reelaboração do real mediante seu objetivo na interação, que era convencer o público quanto à origem desse programa.

3.2 Análise 2

E2: /.../ eu acho que a senhora concordará ahn comigo... infelizmente... em todos os rankings internacionais... onde... é avaliada a qualidade de educação... no Brasil... *nós estamos na lanTERna*... houve um esforço de estados /.../ um esforço de municípios ao longo dos últimos anos... mas nós fracassamos /.../

Nesse recorte do gênero debate em análise, E2, ao falar sobre a questão da educação no Brasil, afirma que, nas avaliações internacionais, o país ocupa a última posição no que se refere à qualidade da educação. Essa ideia é recategorizada pela expressão “nós estamos na lanterna”, na qual o termo lanterna metaforicamente indica que a educação brasileira se encontra em último lugar.

Para que o interlocutor compreenda essa ideia, é preciso que ele faça relações entre as informações contidas no cotexto e no contexto, em que se relaciona o ranking internacional sobre a qualidade da educação e que o Brasil se encontra em último lugar nesse quesito, portanto na lanterna. “Isso quer dizer que a atividade referencial é cognitiva, pois a interação linguística só ocorre porque os sujeitos são capazes de processar os textos que produzem e compreendem.” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p.120).

Portanto, a compreensão do público só se completará se ele tiver o conhecimento de mundo em relação à representação metafórica do termo lanterna, uma vez que “a bagagem cognitiva de um indivíduo é de natureza sociocultural, pois os conhecimentos são adquiridos a partir das informações e das experiências, ou seja, a partir da imersão do sujeito no mundo.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p.41). Assim, essa análise ilustra como os conhecimentos adquiridos socialmente são importantes para o processamento de informações em um texto, mostrando que a compreensão é um processo que vai além das informações contidas na superfície textual.

Isso mostra que, além do aparato mental, a referenciação também se relaciona ao aspecto social, no que concerne à construção de referentes, já que o processamento textual e os próprios conhecimentos prévios advêm das experiências adquiridas socioculturalmente pelos sujeitos. Dessa forma, só é possível compreender a metáfora empreendida no recorte anterior porque isso é um conhecimento apreendido socialmente.

Por isso, afirma-se que a referenciação é um processo sociocognitivo, pois, de um lado, há a perspectiva cognitiva, mental, que permite processar as informações textuais na produção e compreensão de textos e, de outro, tem-se a perspectiva social, constituída pelas experiências e conhecimentos socioculturais, a qual é basilar para o processamento textual para se estabelecer relações de sentido.

Com base no exposto, a referenciação se reafirma como um processo discursivo por intermédio da construção de várias versões de uma mesma realidade no plano textual-discursivo, em um movimento colaborativo entre os interlocutores à formação dos sentidos, em um processo sociocognitivo de construção de objetos de discurso, demonstrando, portanto, como a referenciação é dinâmica.

CONCLUSÃO

Perante as discussões deste trabalho, verificou-se que a referenciação está manifestada no gênero oral debate político televisivo a partir da recategorização metafórica observada nas análises. Esse processo não somente promoveu reiterações e retomadas, mas, sobretudo, exerceu uma reconstrução da realidade, fundamentada em uma negociação de sentidos entre os interlocutores, em uma perspectiva sociocognitiva, por meio da relação entre processos mentais e aspectos sociais envolvidos nas interações do debate.

Sobre as características do gênero debate, notou-se o quanto ele é argumentativo, uma vez que nele os candidatos procuram sempre convencer os eleitores indecisos de que são os melhores representantes para a presidência. Para isso, fazem uso desse processo referencial metafórico para instaurar a argumentação em seus turnos de fala.

Em se tratando desse fenômeno, destacou-se que ele reelabora o real num processo complexo, no qual exige que o telespectador se utilize de processos mentais e, principalmente, sociais para a compreensão dos sentidos, pois as metáforas produzidas necessitam de um conhecimento prévio relacionado ao contexto das discussões do debate. Isso revela como o processamento textual dos referentes é cognitivo e social e se fundamenta numa perspectiva de negociação de sentidos entre o público e os candidatos, uma vez que a construção de sentidos é sempre negociada.

Além desses aspectos relacionados à tessitura textual, a recategorização metafórica reconstrói os objetos de discurso a partir dos pontos de vista dos debatedores, demonstrando, mais uma vez, que esse é um recurso argumentativo, já que, por meio dele, os candidatos valorizam o que defendem e, ao mesmo tempo, desvalorizam a imagem do seu adversário. Assim, essas explanações comprovam a atuação desse processo na textualidade e na argumentação no debate.

Nesse sentido, defendeu-se que a referenciação não se resume a retomadas de referentes, mas sim se constitui em um fenômeno amplo e complexo de reconstrução da realidade, que se fundamenta no âmbito sociocognitivo, visto que o fenômeno referencial apresentado relacionava os processos mentais e sociais para a constituição dos sentidos no gênero debate, numa relação sempre negociada de sentidos entre os interactantes, presentes ou não na situação de interação (debate político). Além disso, a própria dinamicidade desse gênero oral gerou ainda mais complexidade nas análises, devido às interações acontecerem em ato, mostrando que as nuances do texto oral interferem na observação do gênero em estudo.

Pode-se afirmar, dessa forma, quão relevante foi este trabalho por tratar da referenciação, evidenciando, sobretudo, os objetos de discurso que circulam no dizer dos enunciadore, bem como pelo gênero analisado pertencer à oralidade, a forma mais importante de comunicação humana. Isso traz aplicações importantes não somente para os espaços acadêmicos, mas também para quaisquer áreas do conhecimento, seja filosófica, política, econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et strategies de designation. Tradução (inérita) Mônica Magalhães Cavalcante. In:

BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (Org.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.110-175.

KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore. V.; ELIAS, Vanda. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed., 11ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e Produção Textual**: gêneros textuais do argumentar e do expor. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEITE, Ricardo L. Da recategorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, M. M. et al (Org.) **Texto e discurso sob múltiplos olhares**. v. 2: referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

LOHN, Joel I. **Conceitos e etapas pesquisa**. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxb2VsbG9obnxneDoxYTMjE0MDI1NGE5ODY1>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, Mônica. M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

PRETI, Dino (org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000.

Submetido em 25/07/2019

Aceito em 26/08/2019

Publicado em 30/08/2019